

Júlia d'Alge Mont'Alverne Barreto

Consensualidade administrativa

O uso de *dispute boards* para solução de
conflitos no âmbito das agências reguladoras

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Júlia d'Alge Mont'Alverne Barreto

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

1160504

B273c

Barreto, Júlia d'Alge Mont'Alverne

Consensualidade administrativa : o uso de dispute boards para solução
de conflitos no âmbito das agências reguladoras / Júlia d'Alge Mont'Alver-
ne Barreto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
208 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 141-161.
Inclui anexos.

ISBN 978-85-519-1614-8

1. Administração pública. 2. Direito administrativo. 3. Administração
de conflitos. 4. Agência reguladora. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação	1
Introdução	5
1 Administração pública contemporânea e as exigências do princípio democrático	11
1.1 Democracia participativa e administração pública contemporânea	12
1.2 A atuação administrativa a partir da legalidade substancial e da eficiência	25
1.2.1 Compreensão atual do princípio da legalidade.....	26
1.2.2 Concretização do princípio da eficiência: o reconhecimento de um direito fundamental à boa administração e seus desdobramentos.....	32
1.2.3 Dimensões subjetiva e objetiva do direito fundamental à boa administração	40
2 A consensualidade como nova vertente de atuação da administração pública	47
2.1 A consensualidade no direito administrativo.....	48
2.2 A consensualidade administrativa no âmbito internacional: regimentos dos processos administrativos em Portugal, na Itália, na Espanha e na Alemanha	56
2.3 O sistema de justiça brasileiro e o consenso na administração pública.....	61
2.3.1 Legislação infraconstitucional e consenso na Administração Pública	63
2.3.2 Possíveis consequências da adoção da consensualidade administrativa para o sistema de justiça brasileiro	69
2.4 O consenso na administração pública como governança compartilhada	75
3 Mecanismos consensuais de solução de conflitos aplicados nas agências reguladoras: a inovação por meio dos Dispute Boards	85
3.1 A solução consensual de conflitos nas agências reguladoras na atualidade	86
3.1.1 Termo de Ajustamento de Conduta	86
3.1.2 Arbitragem.....	90

3.1.3 Mediação.....	97
3.1.4 Conciliação	102
3.2 Dispute resolution boards: Comitês de Resolução de Disputas (CRD)....	106
3.2.1 Primeira abordagem: conceito e espécies de dispute boards.....	107
3.2.2 Os dispute boards no plano internacional	112
3.2.3 Os dispute boards na experiência brasileira	119
3.2.4 A aplicação de dispute boards no âmbito das agências reguladoras.....	126
Conclusão	135
Referências	141
Anexo	163